

ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

Sander Castelo
Universidade Federal do Ceará

Neste trabalho, Durval Muniz dá continuidade à pesquisa empreendida no doutorado, desenvolvendo questões somente apontadas em *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999). Se a estratégia anterior era a de desmascarar o engendramento de determinada espacialidade por uma rede discursiva que trabalhava para barrar o avanço das relações capitalistas de produção, agora o autor detém-se sobre os enunciados acerca das relações de gênero agenciados por este dispositivo de poder conservantista.

A invenção do “nordestino”, figura viril, máscula, rústica, campestre, filho da terra e do sol, será, então, peça importante da maquinaria discursiva que procura pôr em funcionamento a região “Nordeste”. Contrário exato do feminino, identificado ao liberalismo, à República, à cidade e ao dinheiro, em suma, à sociabilidade burguesa, este ser épico, expressando a reação de uma elite decadente que procura prorrogar sua derrocada, tomará matizes que remetem aos valores patriarcais do Império. O Pai, aquele que impera no lar e na localidade rural, vai, pois, ser contraposto à Mãe, figura trágica que abandona o lar para tornar-se puta na cidade.

No primeiro capítulo, intitulado “A feminização da sociedade”, Durval Muniz procura historicizar o espanto e a conseqüente reação intelectual às mudanças de uma Recife que abandonava o lustre dos valores franceses da “Belle Époque” para assumir a ebulição social e cultural das metrópoles norte-americanas. Apoiado em artigos do jornal *Diário de Pernambuco*, no

Ordem e Progresso de Gilberto Freyre e na obra de memorialistas, o autor inventaria uma estratégia de poder que procurou conectar e integrar discursos sobre a mulher e o liberalismo, transferindo astuciosamente para este tudo o que aquela carregava de pejorativo.

Este capítulo está dividido em quatro tópicos. Em “Na horizontal: as mudanças sociais vistas como feminização dos costumes”, tematiza-se genericamente o assombro provocado pelas transformações sociais advindas com a abolição e a instauração do regime republicano, ditas e vistas como feminilizantes. Em “A república: mulher ideal”, discorre sobre a construção de uma discursibilidade que aponta para uma pretensa desvirilização da esfera do político. Em “Cidade: um espaço não familiar”, fala-se sobre a desqualificação do espaço público operada por estas narrativas, temerosas da progressiva diferenciação do privado. Já em “A invenção do patriarcalismo”, escrito para fazer a ligação com o próximo capítulo, desconstrói esta artimanha conceitual freyreana, retomada pela escola paulista e não problematizada pela História social e cultural.

No segundo capítulo, “A invenção de um macho”, Durval Muniz discorre sobre a emergência e objetivação discursiva de um ser forte, estóico e impassível o suficiente para resistir às investidas da prostituta cidadina. Recorrendo basicamente às mesmas fontes do capítulo anterior, o autor desvenda a estratégia de um segmento social de perpetuar-se através da efetivação do ideal de masculinidade apto a produzir subjetivações necessárias à manutenção de uma sociedade tradicionalista.

Este capítulo divide-se em cinco itens. “A emergência da idéia de nordeste e de nordestino”, subcapítulo de abertura, apresenta o contexto da e a configuração de uma espacialidade e o ser que a ocupa. “Um homem eugênico” trata da composição lingüística de um protótipo humano que respondesse, física e psicologicamente, às necessidades do dispositivo de poder das espacialidades, artifício apoiado no evolucionismo francês. Em “Um homem telúrico”, tematiza-se a suposta adaptação deste ser aos aspectos geográficos do espaço que se quer recortar, estratégia que busca fundamentar-se na antropogeografia alemã. “Um homem rústico” fala sobre a estratégia culturalista destes discursos, que procuravam justificar a superioridade deste homem conferindo-lhe uma historicidade específica, particular, *sui-generis*. Neste momento do trabalho, o autor identifica a invenção da cultura popular, por autores do porte de Leornado Mota e Câmara Cascudo (tema de sua pesquisa atual). Em “Tipos constitutivos do homem nordestino”, discorre sobre a trama que forjou a identidade dessa figura, seguindo os rastros dos múltiplos agenciamentos que o produziram, que podem remeter tanto ao

sertanejo quanto ao homem do brejo.

“Nordestino: uma invenção do falo” é a conclusão que fecha o livro. No último parágrafo, o autor resume seus propósitos:

O nordestino é, pois, um ponto de encontro entre um certo número de acontecimentos históricos, é fruto de um conjunto de operações de construção de um sujeito histórico, de um sujeito regional, de um personagem extremamente importante para a história política e cultural do Brasil contemporâneo. Pensamos que estudar sua emergência, suas formas de aparecer e de ser, é extremamente importante para se entender a história dos embates regionais no Brasil do século XX e, mais ainda, para desnaturalizar as figuras e os papéis de gênero, fazendo-os retornar à sua historicidade, à sua dispersão constitutiva, permitindo pensar outras formas possíveis de ser homem e mulher no Nordeste, para além do estereótipo do macho e sua companhia submissa. Desconstruir estas falas que inventaram o falo como significante nuclear de uma forma de ser regional, de uma identidade regional é questionar a própria legitimidade social, a que assistimos até nossos dias, para a estrutura hierárquica e autoritária de gênero, dominante na sociedade nordestina, acompanhada da própria legitimidade social para atos de violência contra o feminino e de desprezo, medo e ressentimento por tudo que ele representa. Para promover o respeito ao feminino, em todas as variações, é preciso que na carnação da fala se faça a desencarnação do falo. Assim eu falo!

Nesse “grand finale”, Durval Muniz deixa claro seus objetivos. Ele não está preocupado, como grande parte das(os) feministas, em resgatar utilitariamente uma inflexível identidade masculina para justificar uma naturalmente libertária feminina (Ver MURARO, Rose Marie & BOFF, Leonardo. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002). Sua estratégia, eminentemente desconstrutora, é mais honesta e inteligente: ao invés de legitimar uma identidade feminina, que seria tão aprisionadora e opressiva quanto a masculina, ele opta por destruir esta última, inviabilizando, pois, o discurso intolerante e desagregador daquelas, baseado num essencialismo que não nos convém. O que realmente lhe interessa é o esgarçamento das fronteiras, o convívio democrático e respeitoso entre o homem e a mulher, a feminilização do primeiro e a masculinização da segunda.

O autor revoluciona, pois, os estudos de gênero, ao deslegitimar os termos em que é colocado o debate. Como já o havia feito na sua obra anterior, mostra quão precário e movediço é trabalhar com conceitos como os de *identidade*, *memória*, *sujeito* e *representação*, todos presos numa rede discursiva que não nos permite avançar além de condicionamentos e condições

de funcionamento liberal-burgueses. Assume, pois, radicalmente, o projeto nietzscheano de História, retomado por Foucault e Deleuze, em que a desnaturalização e a historicidade atingem a própria linguagem, passo que a História social e cultural não se atrevem a dar. Dando a devida consideração ao caráter positivador daquela, não mais encarada como mero meio ou instrumento, Durval Muniz presentifica a História. Neste sentido, o que o move é a *desterritorialização*, o *esquecimento*, a *função* e o *discurso*. Ele nos ensina que a História não deve ser legitimadora nem exemplar, já que ela é, antes de tudo, diferença. A nós, caberia desconstruir as ideologias, de esquerda ou de direita, nunca inventá-las.